



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA SICOOB CENTRAL BA CNPJ: 34.148.882/0001-59 BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

			Reclassificado
	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		668.804.946,96	746.729.257,12
DISPONIBILIDADES	4	2.104.953,20	16.490,81
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		614.059.253,56	695.217.020,25
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	415.388.271,75	553.084.597,35
Títulos e Valores Mobiliários	6	160.992.470,31	119.360.844,66
Operações de Crédito	7	37.672.150,94	22.765.217,68
Outros Ativos Financeiros	8	6.360,56	6.360,56
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(690.753,09)	(616.218,43)
(-) Operações de Crédito	7.b	(188.360,75)	(113.826,09)
(-) Outras	8.1	(502.392,34)	(502.392,34)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	2.497,43	2.380,67
OUTROS ATIVOS	10	1.446.105,49	991.163,62
INVESTIMENTOS	11	51.031.290,62	50.253.118,88
IMOBILIZADO DE USO	12	1.619.765,85	1.617.672,33
INTANGÍVEL	13	199.766,68	201.397,77
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(967.932,78)	(953.768,78)
TOTAL DO ATIVO		668.804.946,96	746.729.257,12
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		668.804.946,96	746.729.257,12
DEPÓSITOS		6.937.350,31	8.543.955,97
Depósitos Sob Aviso	14	132.245,91	130.588,92
Depósitos a Prazo	14	6.805.104,40	8.413.367,05
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		581.128.013,71	660.559.299,69
Relações Interfinanceiras		581.027.506,70	660.484.892,95
Centralização Financeira - Cooperativas	15	581.027.506,70	660.484.892,95
Outros Passivos Financeiros	15	100.507,01	74.406,74
PROVISÕES	16	133.882,39	133.158,42
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	17	184.350,66	253.317,17
OUTROS PASSIVOS	18	5.472.087,70	2.279.901,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.949.262,19	74.959.624,50
CAPITAL SOCIAL	20.1	46.997.903,19	46.319.260,45
RESERVAS DE SOBRAS	20.2	27.537.269,85	27.537.269,85
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	20.3	(1.201.159,82)	, -
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.4	1.615.248,97	1.103.094,20
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		668.804.946,96	746.729.257,12
As Notes Emilianting a Way marks into providing the department of a county had		7	,

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES

VALMIR LIMA SILVA CONTADOR

DIRETOR OPERACIONAL

CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA SICOOB CENTRAL BA CNPJ: 34.148.882/0001-59 DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO (Em Reais)

			Reclassificado
	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22	8.116.892,28	9.764.395,97
Operações de Crédito	22	462.346,23	334.093,07
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		5.520.137,43	8.043.466,63
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2.134.408,62	1.386.836,27
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22	(7.271.156,42)	(9.155.651,82)
Operações de Captação no Mercado		(101.136,72)	(130.705,48)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(7.095.485,04)	(9.037.235,24)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(74.534,66)	12.288,90
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22	845.735,86	608.744,15
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		1.387.219,09	1.558.862,58
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	223.996,12	134.262,89
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(4.058.916,56)	(3.718.461,99)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(1.544.642,94)	(1.487.610,65)
Dispêndios e Despesas Tributárias	26	(59.980,35)	(57.613,16)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	27	1.979.048,06	1.667.315,93
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	4.865.722,69	5.022.872,07
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(18.007,93)	(1.902,51)
PROVISÕES		(723,97)	(991,91)
Provisões/Reversões para Contingências	30	(723,97)	(991,91)
RESULTADO OPERACIONAL		2.232.230,98	2.166.614,82
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.232.230,98	2.166.614,82
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26	(24.945,58)	(16.403,93)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(12.472,79)	(8.201,96)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(12.472,79)	(8.201,97)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		2.207.285,40	2.150.210,89
JUROS AO CAPITAL	21	(592.036,43)	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.615.248,97	2.150.210,89
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA CONTADOR CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. SICOOB CENTRAL BA CNPJ: 34.148.882/0001-59 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.232.230,98	2.166.614,82
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.979.048,06)	(1.667.315,93)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		74.534,66	(12.288,90)
Provisões/Reversões para Contingências		723,97	991,91
Depreciações e Amortizações		62.651,18	62.559,12
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		391.092,73	550.561,02
(Aumento) redução em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		137.696.325,60	(159.564.709,87)
Títulos e Valores Mobiliários		(41.631.625,65)	7.123.187,80
Operações de Crédito		(14.906.933,26)	(12.718.411,09)
Outros Ativos Financeiros		(11.500.555,20)	(1.883,43)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(116,76)	(0,17)
Outros Ativos		(454.941,87)	(644.125,44)
Aumento (redução) em passivos operacionais		(+3+.3+1,07)	(044.123,44)
Depósitos sob Aviso		1.656,99	2.240,50
Depósitos a Prazo		(1.608.262,65)	(2.333.080,62)
Relações Interfinanceiras		(79.457.386,25)	167.833.804,75
Outros Passivos Financeiros		26.100,27	(13.046,03)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(68.966,51)	(154.056,78)
Outros Passivos		2.600.149,90	(626.087,07)
Imposto de Renda		(12.472,79)	(8.201,96)
Contribuição Social		(12.472,79)	(8.201,97)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.562.146,96	(562.010,36)
		.,	(====,==,
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Intangível		-	(3.889,05)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(48.949,61)	(29.600,50)
Aquisição de Investimentos		(283,50)	(298.535,73)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(49.233,11)	(332.025,28)
Atividades de Financiamentos		4 200 505 00	000 406 70
Aumento por novos aportes de Capital		1.290.585,08	930.426,78
Devolução de Capital à Cooperados		(1.665.902,43)	(36.855,96)
Distribuição de sobras para associados		(49.134,11)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		(424.451,46)	893.570,82
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.088.462,39	(464,82)
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período		16.490,81	19.663,60
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	2.104.953,20	19.198,78
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.088.462,39	(464,82)
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			<u> </u>

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA CONTADOR CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. SICOOB CENTRAL BA CNPJ: 34.148.882/0001-59

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.232.230,98	2.166.614,82
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.979.048,06)	(1.667.315,93)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		74.534,66	(12.288,90)
Provisões/Reversões para Contingências		723,97	991,91
Depreciações e Amortizações		62.651,18	62.559,12
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		391.092,73	550.561,02
(Aumento) redução em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		137.696.325,60	(159.564.709,87)
Títulos e Valores Mobiliários		(41.631.625,65)	7.123.187,80
Operações de Crédito		(14.906.933,26)	(12.718.411,09)
Outros Ativos Financeiros		· · · · · -	(1.883,43)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(116,76)	(0,17)
Outros Ativos		(454.941,87)	(644.125,44)
Aumento (redução) em passivos operacionais		, , ,	, , ,
Depósitos sob Aviso		1.656,99	2.240,50
Depósitos a Prazo		(1.608.262,65)	(2.333.080,62)
Relações Interfinanceiras		(79.457.386,25)	167.833.804,75
Outros Passivos Financeiros		26.100,27	(13.046,03)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(68.966,51)	(154.056,78)
Outros Passivos		2.600.149,90	(626.087,07)
Imposto de Renda		(12.472,79)	(8.201,96)
Contribuição Social		(12.472,79)	(8.201,97)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.562.146,96	(562.010,36)
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Intangível		-	(3.889,05)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(48.949,61)	(29.600,50)
Aquisição de Investimentos		(283,50)	(298.535,73)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(49.233,11)	(332.025,28)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		1.290.585,08	930.426,78
Devolução de Capital à Cooperados		(1.665.902,43)	(36.855,96)
Distribuição de sobras para associados		(49.134,11)	(30.033,30)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		(424.451,46)	893.570,82
CAINA LIQUIDO AFLICADO / UNIGINADO LIVI FINANCIAIVILINTOS		(424.431,40)	893.370,82
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.088.462,39	(464,82)
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período		16.490,81	19.663,60
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	2.104.953,20	19.198,78
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.088.462,39	(464,82)
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			(,

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES

DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA CONTADOR CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. SICOOB CENTRAL BA CNPJ: 34.148.882/0001-59 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

	Capital Subscrito	Reserva Legal	Reservas para Expansão	Reservas de Lucros a Realizar	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	42.578.854,76	6.934.443,24	540.927,63	18.706.234,73	-	473.206,61	69.233.666,97
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-		-	-	-	
Distribuição de sobras para associados	473.206,61	-			-	(473.206,61)	-
Movimentação de Capital:	-	-			-	-	-
Por Subscrição/Realização	930.426,78	-			-	-	930.426,78
Por Devolução (-)	(36.855,96)	-			-	-	(36.855,96)
Sobras ou Perdas do Período	-	-			-	2.150.210,89	2.150.210,89
Saldos em 30/06/2020	43.945.632,19	6.934.443,24	540.927,63	18.706.234,73	-	2.150.210,89	72.277.448,68
Saldos em 31/12/2020	46.319.260,45	7.710.893,28	1.120.141,84	18.706.234,73	-	1.103.094,20	74.959.624,50
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.053.960,09	-			-	(1.103.094,20)	(49.134,11)
Movimentação de Capital:	-	-			-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.290.585,08	-	-		-	-	1.290.585,08
Por Devolução (-)	(1.665.902,43)	-	-		-	-	(1.665.902,43)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-		-	2.207.285,40	2.207.285,40
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas	-	-			(1.201.159,82)	-	(1.201.159,82)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:	-	-			-	-	-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-			-	(592.036,43)	(592.036,43)
Saldos em 30/06/2021	46.997.903,19	7.710.893,28	1.120.141,84	18.706.234,73	(1.201.159,82)	1.615.248,97	74.949.262,19

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES

VALMIR LIMA SILVA CONTADOR CRCBA-023450/0-3

DIRETOR OPERACIONAL

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. SICOOB CENTRAL BA CNPJ: 34.148.882/0001-59 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)

30/06/2021	30/06/2020
2.207.285,40	2.150.210,89
(1.201.159,82)	-
(4 204 450 92)	
	2.150.210,89
	2.207.285,40

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA

JOSEMIR PEREIRA SOARES

DIRETOR OPERACIONAL

VALMIR LIMA SILVA CONTADOR CRCBA-023450/O-3

DIRETOR ADMINISTRATIVO

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA

CNPJ: 34.148.882/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO 2021

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. — SICOOB CENTRAL BA - é uma instituição financeira não bancária, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita à falência. Foi constituída em 20 de setembro de 1988 e é regida pelas Leis nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e nº 4.434/2015; Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen, por seu Estatuto e normativos do Sistema Sicoob.

Tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômicofinanceiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços.

A atividade preponderante é prestar, às cooperativas filiadas, orientação jurídica, gerencial, administrativa, de informática, financeira, social, operacional, de comunicação social, de capacitação profissional, entre outras, visando o aperfeiçoamento, a racionalização e a padronização dos serviços oferecidos pelas referidas instituições.

Para a consecução dos objetivos, cabe ao Sicoob Central BA o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional das Singulares Filiadas, de forma a prevenir e a corrigir situações anormais que possam configurar infrações legais ou regulamentares, inclusive internas, ou acarretar risco para a solidez daquelas instituições e do Sistema.

Cabe ainda ao Sicoob Central BA, a coordenação das ações do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, na Bahia, liderado pelo Sicoob Confederação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Diretoria Executiva do Sicoob Central BA aprovou as demonstrações contábeis e o Conselho de Administração autorizou a publicação destas demonstrações.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis do Sicoob Central BA incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os

pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020 e Instrução Normativa nº 54 de 7 de dezembro de 2020, as quais presentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos foram:

- i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que o Sicoob Central BA questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas mencionadas na Nota 9.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sicoob Central BA ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

I) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o Sicoob Central BA tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aquele que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na database das demonstrações contábeis; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2021.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	
Disponibilidades	2.104.953,20	16.490,81	
TOTAL	2.104.953,20	16.490,81	

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Deceries	30/06/	2021	31/12/2020		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Letras Financeiras Do Tesouro	-	-	44.097.646,12	-	
Ligadas	365.226.764,34	50.161.507,41	439.109.431,69	69.877.519,54	
TOTAL	365.226.764,34	50.161.507,41	483.207.077,81	69.877.519,54	

- As taxas de remuneração dessas aplicações estão no intervalo entre 98% e 108% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

	30/06	5/2021	31/12/2020	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras do Tesouro – LFT Livres (a)	-	73.603.229,78	3.626.044,55	28.701.982,94
Cotas de Fundo de Curto Prazo (b)	14.945.184,55		25.715.564,84	
Cotas de Fundo de Renda Fixa (c)	72.444.055,98	-	61.317.252,33	-
TOTAL	87.389.240,53	73.603.229,78	90.658.861,72	28.701.982,94

- (a) A taxa de remuneração dessas aplicações é 100% da Selic.
- b) O Fundo Centralização Renda Fixa, tem por objetivo garantir a movimentação diária das cooperativas filiadas em conta mantida junto ao Banco Sicoob, com rentabilidade entre 92% e 95% do CDI.
- (c) O Fundo Sicoob Institucional de Renda Fixa Crédito Privado é destinado exclusivamente para as entidades que integram o Conglomerado Banco Sicoob, com rentabilidade esperada entre 107% e 131% do CDI, conforme regulamento. O Sicoob Central BA passou a aplicar nesse fundo em junho de 2018.

A administração dos Fundos é realizada pelo Bancoob DTVM.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Deceries		31/12/2020			
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	31/12/2020	
Empréstimos – Capital de Giro	19.085.608,68	18.586.542,26	37.672.150,94	22.765.217,68	
(-) Provisões para Operações de Crédito	(95.428,02)	(92.932,73)	(188.360,75)	(113.826,09)	
TOTAL	18.990.180,66	18.493.609,53	37.483.790,19	22.651.391,59	

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN $n^{\rm o}$ 2.682/1999:

Nível / Pe de Risco /		Empréstimo	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A 0,5%	Normal	37.672.150,94	37.672.150,94	(188.360,75)	22.765.217,68	(113.826,09)
Total	Geral	37.672.150,94	37.672.150,94	(188.360,75)	22.765.217,68	(113.826,09)
Provi	sões	(188.360,75)	(188.360,75)		(113.826,09)	
Total L	íguido	37.483.790,19	37.483.790,19		22.651.391,59	

a) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.143.289,77	14.942.318,91	18.586.542,26	37.672.150,94
TOTAL	4.143.289,77	14.942.318,91	18.586.542,26	37.672.150,94

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	30/06/2021	% da Carteira
Outros	37.672,150,94	37.672.150,94	100%
TOTAL	37.672.150,94	37.672.150,94	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(113.826,09)	(149.513,97)
Constituições/Reversões	(74.534,66)	35.687,88
TOTAL	(188.360,75)	(113.826,09)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	7.801.672,50	20%	6.810.024,25	30%
10 Majores Devedores	37.672.150.94	100%	22.765.217.68	100%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	
Saldo	5.711.624,70	5.711.624,70	
TOTAL	5.711.624,70	5.711.624,70	

8. Outros Ativos Financeiros

	30/06/2021	31/12/2020
Descrição	Não Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	6.360,56	6.360,56
TOTAL	6.360,56	6.360,56

Trata-se de depósitos judiciais relativos a processos junto à Receita Federal em virtude de falha no envio de DCTF's.

8.1 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a Outros Ativos Financeiros

Deceries	30/06/2021	31/12/2020	
Descrição	Não Circulante	Não Circulante	
(-) Provisão para Outros Créditos	(502.392,34)	(502.392,34)	
TOTAL	(502.392,34)	(503.392,34)	

Trata-se da provisão de participação no fundo de gestão de bens constituído, conforme deliberação da AGO 2016 do Sicoob Confederação.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	
Descrição	Não Circulante	Não Circulante	
Impostos e contribuições a compensar	2.497,43	2.380,67	
TOTAL	2.497,43	2.380,64	

10. Outros Ativos

Valores referentes às importâncias a receber de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

	30/06/20	30/06/2021		2020
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e antecipações salariais	56.133,52	-	22.834,63	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	78.514,00	-	73.146,00	-
Pagamentos a ressarcir	522,47	-	4.064,90	-
Devedores diversos – país (a)	634.882,71	502.392,34	319.048,88	502.392,34
Material em Estoque	26.647,36	-	23.594,46	-
Ativos não Finc Mant para Venda – Recebidos (b)	-	300.432,69	-	300.432,69
(-) Provisão desv. de Ativos não Finc Mant para Venda - Recebidos (c)	-	(300.432,69)	-	(300.432,69)
Despesas Antecipadas (d)	147.013,09	-	46.082,41	_
TOTAL	943.713,15	502.392,34	488.771,28	502.392,34

- (a) Trata-se substancialmente de participação no fundo de gestão de bens constituído conforme deliberação da AGO 2016 do Sicoob Confederação e apropriação do rateio das despesas administrativas de junho de 2021 custeado pelas filiadas ao Sicoob Central BA.
- (b) Valor referente a 02 (duas) fazendas recebidas da Cooperativa de Crédito Rural do Oeste Ltda. como pagamento de dívida líquida, certa e vencida em 20 de dezembro de 2005, decorrente de saldo devedor da conta corrente nº 4-3. Tais fazendas foram recebidas em janeiro de 2006 e estão à venda, tendo sido inclusive postas em leilão, sem êxito de venda até o momento. Desta forma, foi constituída provisão neste montante em virtude da dificuldade de venda.
- (c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.
- (d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e confederativa, IPTU.

11. Investimentos

As ações do Banco Sicoob são avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial. Em 30 de Junho de 2021 o Sicoob Central BA possuía 2,0319% da participação acionária. As demais ações e cotas são avaliadas pelo custo de aquisição.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participações Inst. Financeira controlada Coop. Crédito	42.346.719,44	41.568.547,70
Participações Coop. exceto Coop. central crédito	356.997,64	356.997,64
Sicoob Confederação	8.315.073,54	8.315.073,54
Participações Empr. controlada Coop. central crédito	12.500,00	12.500,00
TOTAL	51.031.290,62	50.253.118,88

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos		48.000,00	48.000,00
Edificações	4%	686.265,17	686.265,17
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(240.340,60)	(226.615,30)
Instalações	10%	42.113,55	42.113,55
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(27.826,85)	(26.320,73)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	278.745,56	278.489,56
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(199.581,11)	(191.374,84)
Sistema de Comunicação	10%	31.925,75	31.925,75
Sistema de Processamento de Dados	20%	501.910,60	499.234,74
Sistema de Segurança	10%	30.805,22	31.643,56
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(342.406,98)	(357.637,61)
TOTAL		809.610,31	815.723,85

13. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base na taxa abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	Taxa Amortização
Sistema de processamento de dados – Software	199.766,68	201.397,77	10%
(-) Total Amortização Acumulada	(157.777,24)	(151.820,30)	
TOTAL	41.989,44	49.577,47	

14. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata às associadas, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021	Taxa média (% a.m.)	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)
Depósito Sob Aviso	132.245,91	0,31	130.588,92	0,16
Depósito a Prazo	6.805.104,40	0,31	8.413.367,05	0,16
TOTAL	6.937.350,31		8.543.955,97	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	213.239.300,14	36%	220.037.762,63	32%
10 Maiores Depositantes	580.974.079,52	98%	652.728.210,83	97,56%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.656,99)	(2.240,50)
Despesas de Depósitos a Prazo	(99.479,73)	(128.464,98)
TOTAL	(101.136,72)	(130.705,48)

15. Demais Instrumentos Financeiros

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	581.027.506,70	660.484.892,95
Outros Passivos Financeiros – Fornecedores	100.507,01	74.406,74
TOTAL	581.128.013,71	660.559.299,69

(a) São os recursos que as cooperativas filiadas possuem na centralização financeira, os quais são remunerados de acordo com os critérios próprios instituídos pela Resolução na 143/2018 do Sicoob Central BA.

16. Provisões

B	30/06/2021	31/12/2020
Descrição	Não Circulante	Não Circulante
Provisão para Contingências	133.882,39	133.158,42
TOTAL	133.882,39	133.158,42

O Sicoob Central BA está inscrito na Dívida Ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional devido a erros na confecção das DCTF's das competências de 2001 a 2003, débito objeto de execução fiscal. Por sugestão do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração, essa dívida foi provisionada em sua totalidade (R\$ 6.360,56), obedecendo ao princípio contábil da prudência.

Trata-se de débitos de IRPJ - 1º e 2º trimestres de 2009 (R\$ 25.765,45 e R\$ 31.240,65 respectivamente) que se encontram em aberto devido ao não reconhecimento de direito creditório pleiteado pelo Sicoob Central BA e não homologação das compensações requeridas. Por sugestão da Gejur e aprovação da Diretoria Executiva, essa dívida foi provisionada em sua totalidade, obedecendo ao princípio contábil da prudência, a dívida está atualizada até junho de 2021.

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

	30/06/2021		31/12/2020	
Descrição	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outros	133.882,39	6.360,56	133.158,42	6.360,56
TOTAL	133.882,39	6.360,56	133.158,42	6.360,56

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar (a)	9.488,26	31.667,15
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros (b)	25.481,15	29.442,62
Impostos e Contribuições Sobre Salários (c)	140.319,35	188.319,39
Outros (d)	9.061,90	3.888,01
TOTAL	184.350,66	253.317,17

- (a) Trata-se de IRRF a recolher (R\$ 4.066,30), CSLL a recolher (R\$ 5.421,96) apurados s/ atos não cooperativos.
- (b) Trata-se de ISS a recolher (R\$ 3.024,22), INSS a recolher (R\$ 19.510,97), IRRF a recolher (R\$ 386,60), IRRF a recolher Pessoa Física (R\$ 1.194,15), PIS/COFINS/CSLL a recolher (R\$1.365,21).
- (c) Trata-se de IRRF a recolher (R\$ 34.252,66), INSS a recolher (R\$ 80.070,84), FGTS a recolher (R\$ 23.152,09), PIS a recolher (R\$ 2.808,76) e Contribuição sindical a recolher (R\$35,00).
- (d) Trata-se de ISS a recolher (R\$ 4.708,33), Pis s/ faturamento (R\$ 607,60) e Cofins a recolher (R\$ 3.745,97).

18. Outros Passivos

18.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Juros ao Capital	592.036,43	-
Resultado de Atos com Associados (a)	183.853,17	183.853,17
Resultado de Atos com Não Associados	249.719,61	249.719,61
Cotas de Capital a pagar (b)	1.715.062,41	25,87
TOTAL	2.740.671,62	433.598,65

- (a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados do Sicoob Central BA, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (b) Trata-se da devolução de cotas de capital e as sobras do exercício de 2020 a serem pagos ao Sicoob Credicom devido a incorporação da ex-filiada Sicoob Credmed em fevereiro de 2021.

18.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Despesas de Pessoal (a)	787.635,80	538.913,13
Outras Despesas Administrativas (b)	23.701,93	71.016,30
TOTAL	811.337,73	609.929,43

- (a) Despesas de Pessoal está composta por: Férias (R\$ 412.321,91), INSS sobre férias (R\$105.966,69), FGTS sobre férias (R\$ 32.963,37), PIS sobre férias (R\$ 4.123,26), 13° salário (R\$134.900,13), INSS sobre 13° salário (R\$34.669,22), FGTS sobre 13° salário (R\$7.386,14), PIS sobre 13° salário (R\$925,36) e Outros (R\$54.379,72).
- (b) Outras Despesas Administrativas está composta por: Água/energia/gás (R\$4.066,10), Aluguéis (R\$1.246,64), Comunicações (R\$6.881,48), Processamento de dados (R\$1813,57), Manutenção e conservação de Bens (R\$65,00) Seguro (R\$2.796,02), Compensação (R\$1.391,42) e Outras despesas administrativas (R\$5.441,70).

18.3 Credores diversos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Credores Diversos – País	1.920.078,35	1.236.373,29
TOTAL	1.920.078,35	1.236.373,29

(e) Refere-se a: Recursos doados pela empresa DGRV – Confederação Alemã das Cooperativas com saldo atualizado de R\$ 184.218,38, conforme Instrumento Particular de Constituição de Obrigações Decorrentes de Doação Condicional firmado entre a Sicoob Central BA e a DGRV, além de provisão para despesa sobre os depósitos intercooperativos, que corresponde a remuneração paga às cooperativas filiadas decorrentes dos recursos mantidos na reserva obrigatória de liquidez (R\$ 1.714.218,04), Pendência a regularizar Bancoob (R\$ 36,90), Créditos de Terceiros (R\$ 20.330,95) e provisões de despesas administrativas das filiadas (R\$ 1.274,08).

19. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central BA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, não realizamos operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por suas cooperativas filiadas. De acordo com o Estatuto Social, cada filiada tem direito a um voto. independentemente do número de suas cotas-partes.

De acordo com o artigo 25, §2º do nosso Estatuto Social, semestralmente, é verificada a necessidade de aporte a fim de ajustar o capital da Sicoob Central BA, com base nos balanços encerrados nos meses de junho e dezembro.

Além da forma mencionada de capitalização, de acordo com a Resolução Sicoob Central BA nº 090/2014, mensalmente, cada filiada ao Sicoob Central BA subscreve e integraliza ao seu capital social, valor correspondente a 0,0175% (cento e setenta e cinco décimos de milésimos por cento) do total dos saldos captados de seus depósitos.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	46.997.903,19	46.319.260,45
Associados	11	12

20.2 Reservas de sobras

20.2.1 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras apuradas com atos Cooperativos no final do exercício, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme determina o Artigo 34, inciso I, do Estatuto Social é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Reserva Legal	7.710.893,28	7.710.893,28
TOTAL	7.710.893,28	7.710.893,28

20.2.2 Reserva para Expansão

20.2.2.1 Fundo Micro finanças

Em 02 de março de 2018, foi realizada a doação condicional dos recursos mantidos no Fundo de Desenvolvimento, celebrado entre DGRV e Sicoob Central BA, com objetivo de estabelecer parceria entre as partes bem como a fixação de suas atribuições específicas, com a finalidade de fortalecer o Sicoob Central BA e suas filiadas, com vigência até final dos recursos com no mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos a contar da data de assinatura.

Para esta reserva são destinados integralmente, em cada exercício, os rendimentos líquidos auferidos com as aplicações dos recursos da DGRV. Por outro lado, a realização da reserva ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas ao desenvolvimento das ações previstas na parceria.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	171.766,11	171.766,11
Reversão de Reserva para Expansão	(9.977,10)	(9.977,10)
Destinação valor dos rendimentos oriundos aplicações DGRV	23.216,65	23.216,65
Saldo Final	185.005,66	185.005,66

20.2.2.2 Fundo Instituto Sicoob

Em 26 de abril de 2019 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a criação do Fundo de Custeio Instituto Sicoob do Sicoob Central BA.

O Fundo tem como objetivo apoiar as ações sistêmicas do Instituto Sicoob nas cooperativas do Sicoob na BA, que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam.

Para o Fundo é destinado integralmente o valor resultante da contribuição mensal das filiadas em 0,0005% (cinco décimos de milésimo por cento) do total de seus depósitos. Por outro lado, a realização do fundo ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas as ações de divulgação, promoção, bem como investimentos do Instituto Sicoob.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	369.161,52	369.161,52
Constituição da Reserva para Expansão	638.423,89	638.423,89
Utilização da Reserva (custos com ações do Instituto Sicoob)	(72.449,23)	(72.449,23)
Saldo Final	935.136,18	935.136,18

20.2.3 Reserva de Sobras a Realizar

Esta reserva foi constituída pelo resultado líquido positivo calculado, em cada exercício social, pela Equivalência Patrimonial – MEP da participação do Sicoob Central BA junto ao Banco Sicoob. Conforme definição estatutária, não haverá mais destinação de sobras para essa reserva.

Descrição	31/12/2018
Saldo até 30 de junho de 2021	18.706.234,73

20.3 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2021, o Sicoob Central BA realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.201.159,82)	-

20.4. Sobras ou Perdas Acumuladas

O saldo final dessa rubrica representa as sobras líquidas referente ao 1º semestre de 2021 que ficará à disposição da assembleia geral. Segue a sua movimentação:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sobras do 1º semestre	1.615.248,97	1.103.094,21
TOTAL	1.615.248,97	1.103.094,21

21. Provisão de Juros ao Capital

O Sicoob Central BA provisionou juros ao capital próprio no total de R\$592.036,43 com taxa de 100% da Selic, com o objetivo de remunerar o capital das cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

22. Ingressos/receitas e Dispêndios/despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira	8.116.892,28	9.764.395,97
Rendas de Empréstimos	462.346,23	334.093,07
Rendas de aplicações em operações compromissadas	131.726,16	892.690,41
Rendas de Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.388.411,27	7.150.776,22
Rendas de Títulos de Renda Fixa	810.875,49	135.701,85
Rendas de Aplicações em fundos de investimentos	1.323.533,13	1.251.134,42
(-) Dispêndios e Despesas de Intermediação Financeira	(7.271.156,42)	(9.155.651,82)
(-) Despesas de Depósitos Aviso Prévio	(1.656,99)	(2.240,50)
(-) Despesas de Depósitos a Prazo	(99.479,73)	(128.464,98)
(-) Dispêndios De Depósitos Intercooperativos	(7.095.485,04)	(9.037.235,24)
(+/-) Provisão/Reversão para provisões para Operações de Crédito	(74.534,66)	12.288,90
Resultado Bruto de intermediação Financeira	845.735,86	608.744,15

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Serviços – atos não cooperativos (a)	223.996,12	134.262,89
TOTAL	223.996,12	134.262,89

24. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(25.320,96)	(25.320,96)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(498.544,21)	(461.816,10)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(861.014,81)	(786.037,21)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(728.337,04)	(650.548,73)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.926.275,77)	(1.704.135,91)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(10.842,73)	(70.968,50)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(8.581,04)	(19.634,58)
TOTAL	(4.058.916,56)	(3.718.461,99)

25. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(25.736,79)	(36.451,92)
Despesas de Aluguéis	(62.562,28)	(86.198,63)
Despesas de Comunicações	(41.781,69)	(51.783,04)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(4.760,26)	(13.155,40)
Despesas de Material	(3.403,98)	(5.101,94)
Despesas de Processamento de Dados	(111.222,65)	(35.004,85)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(106.366,90)	(76.675,50)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(9.259,98)	(6.126,00)
Despesas de Publicações	(6.560,00)	(7.130,00)
Despesas de Seguros	(8.325,39)	(3.730,22)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(65.081,29)	(50.557,35)
Despesas de Serviços de Terceiros	(86.011,63)	(96.020,69)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(22.589,44)	(66.466,67)
Despesas de Transporte	(13.495,58)	(3.770,51)
Despesas de Viagem no País	(52.486,07)	(154.852,16)
Despesas de Amortização	(7.588,03)	(14.326,88)
Despesas de Depreciação	(55.063,15)	(48.232,24)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	(699.222,24)	(606.335,06)
Condomínio	(53.436,10)	(59.089,26)
Contribuição a OCE	(27.970,87)	(26.422,26)
Outras Despesas Administrativas	(81.718,62)	(40.180,07)
TOTAL	(1.544.642,94)	(1.487.610,65)

26. Dispêndios e Despesas Tributárias

Conforme legislação vigente, as sociedades cooperativas possuem isenção tributária sobre suas receitas com atos cooperativos. No 1º semestre de 2021 foram auferidas receitas de atos não cooperativos tributados pelo PIS/COFINS e resultado positivo de atos não cooperativos tributados pelo IRPJ e CSLL.

Segue demonstrativo das despesas tributárias:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
ISS – 5%	(11.199,80)	(6.713,05)
COFINS – 4%	(8.959,84)	(5.370,51)
PIS – 0,65%	(1.455,96)	(872,71)
Subtotal - Tributos sobre receitas de atos não cooperativos	(21.615,60)	(12.956,27)
Impostos e taxas – Municipais	(19.740,25)	(28.062,46)
Despesas de Tributos Federais	(123,86)	(9,57)
PIS sobre Folha de Pagamento	(18.500,64)	(16.584,86)
Subtotal – Outros Tributos e Taxas	(38.364,75)	(44.656,89)
Total Tributos sobre receitas de atos não cooperativo, Outros Tributos e Taxas	(59.980,35)	(57.613,16)
IRPJ e CSLL	(24.945,58)	(16.403,93)
Total Tributos sobre resultado de atos não cooperativos	(24.945,58)	(16.403,93)
Total despesas tributárias	(84.925,93)	(74.017,09)

27. Resultado de Participação em Coligadas e Controladas

O Sicoob Central BA possui ações do Banco Sicoob e, por exercer influência na administração daquela da instituição, efetua a Equivalência Patrimonial dessa participação.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, é determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido do Banco.

Para efetuar o cálculo da Equivalência Patrimonial - MEP utiliza-se o patrimônio líquido do Banco Sicoob do mês anterior ao da competência do Sicoob Central BA.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Ajustes em Investimentos em coligadas e controladas	1.979.048,06	1.667.315,93
TOTAL	1.979.048,06	1.667.315,93

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	17.783,31	23.929,02
Rateio de despesas da Central	4.471.874,30	4.725.766,22
Outras rendas operacionais (a)	364.414,02	255.919,28
Deduções e Abatimentos	11.651,06	17.257,55
TOTAL	4.847.939,38	5.022.872,07

(a) Trata-se substancialmente do rateio do fundo instituto Sicoob.

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Outras Despesas Operacionais	(18.007,93)	(1.902,93)
TOTAL	(18.007,93)	(1.902,51)

30. Provisões/Reversões para Contingências

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Contingências	(723,97)	(991,91)
TOTAL	(723,97)	(991,91)

31. Resultado não recorrente

No 1º semestre de 2021 não houve registros referentes a resultado não recorrente.

32. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades do Sicoob Central BA e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais do Sicoob Central BA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações do Sicoob Central BA, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime

normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas liberadas no 1º semestre de 2021:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	20.686.000,00	37,14%	183.502,62
TOTAL	55.696.232,64	100,00%	183.502,62
Montante das Operações Passivas	3.876.820,79	63,91%	
TOTAL	6.065.809,83	100%	

b) Operações ativas e passivas – saldo devedor no 1º semestre de 2021:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de	PCLD (Provisão para Crédito de	% da Operação de Crédito em
	Crédito	Liquidação Duvidosa)	Relação à Carteira Total
Empréstimos	30.137.134,32	183.502,62	80%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	5.660.140,61	83,17%	100%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo e empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	100%	31%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	100%	31%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021		
Empréstimos e Financiamentos	80%	
Aplicações Financeiras	83,17%	

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	57.795.990,18

e) No 1º semestre de 2021 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados da seguinte forma:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Plano de Saúde	(35.363,16)	(32.599,72)
Previdência Complementar	(17.592,78)	(16.741,14)
Alimentação	(10.548,00)	(9.756,00)
Seguro de Vida	(1.249,02)	(1.198,68)
Gympass	(59,88)	-
Telefonia	(305,82)	-
INSS	(103.308,97)	(97.426,56)

Honorários	(391.540,73)	(365.622,03)
Cédula de Presença	(66.115,84)	(59.082,24)
Gratificações	(40.887,64)	(37.111,83)
TOTAL	(666.971,84)	(619.538,20)

33. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e Banco Sicoob .

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

32.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

33.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos

de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

34. Seguros Contratados - Não auditado

O Sicoob Central BA adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192 de 01/03/2013 e CMN nº 4.193, de 01/03/2013, que dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e definem requerimento mínimo de PR correspondente à aplicação do fator "F" ao montante RWA, sendo "F" igual a 8% (oito por cento) e Adicional de Capital Principal (ACP) correspondente a 1,625% (um inteiro e vinte e cinco por cento), a partir de 1º de abril de 2021, totalizando 9,625% de exigência no 1º semestre de 2021. Na data base de 30 de junho de 2021, a margem do patrimônio de referência do Sicoob Central BA correspondia a R\$ 26.403.046,50, representando IB de 23,14%, superior ao requerido mínimo pelo Banco Central do Brasil. Na data base de 31 de dezembro de 2020, a margem era de R\$ 26.566.498,63, representando IB de 22,75%.

37. Benefícios a Empregados

O Sicoob Central BA é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade Multi-instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores do Sicoob Central BA são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o 1º semestre de 2021 totalizaram R\$107.040,19.

Salvador-BA, 30 de junho de 2021.

JOSEMIR PEREIRA SOARES

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA

VALMIR LIMA SILVA

DIRETOR OPERACIONAL

DIRETOR ADMINISTRATIVO

CONTADOR CRCBA-023450/O-3

Relatório da Administração

Às Cooperativas Filiadas

Submetemos à apreciação as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2021 da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, na forma da Legislação em vigor.

1. Cenário

Decorridos mais de 12 meses do reconhecimento oficial do estado de pandemia em função da Covid-19, exsurge, no primeiro semestre do ano corrente, sinais de um desempenho similar ao período da pré pandemia. Isto pode ser evidenciado já no primeiro trimestre deste ano quando o PIB registrou avanço de 1,2% em relação ao ciclo imediatamente anterior e de 1% quando comparado com o primeiro trimestre de 2020, superando as expectativas do mercado, mesmo com a segunda onda da pandemia já instalada no país.

A performance do Produto Interno Bruto do primeiro trimestre, em relação ao trimestre anterior, foi puxada por algumas variáveis macroeconômicas. Sob a ótica da oferta, o agronegócio se destacou com variação e 5,7% em função de melhora no desempenho e na produtividade no setor, sobretudo, em relação ao produto soja. A indústria, por seu turno, avançou 0,7% alavancada, principalmente, pela indústria extrativa e construção civil. O Setor de serviços, no entanto, com variação de 0,4% foi o de menor desempenho, justificada ainda pelas medidas de restrição, em função da pandemia.

De outro modo, sob a ótica demanda, destaque para os investimentos que avançaram 4,6%, o que representou uma taxa de investimento de 19,4% do PIB, reflexo da alta na produção interna de bens de capital, desenvolvimento de software e melhor desempenho da construção civil. Outras duas variáveis que merecem destaque são as exportações e importações. A primeira cresceu 3,7% puxada pela exportação de produtos minerais, alimentícios e automotores, enquanto o crescimento de 11,6% nas importações, deveu-se, sobretudo, a aquisição de insumos para a produção de vacinas.

Ainda nesta perspectiva, chama atenção o desempenho do consumo das famílias, com recuo de 0,1%, reflexo da redução do valor do auxílio emergencial, o aumento da inflação que pesou no consumo de alimentos, além do desemprego ainda em patamar bastante elevado. Outros dois fatores preponderantes para a elevação da inflação são os altos preços das commodities (minério, soja, milho, petróleo) e a crise energética provocada pela baixa dos reservatórios das hidrelétricas.

A junção destas variáveis tornou a expectativa inflacionária deste ano, medida pelo IPCA, acima do teto da meta de 5,25%, cuja expectativa mais recente da pesquisa Focus está em 6,88%. A fim de garantir o cumprimento da meta de inflação para 2022, o Bacen vem elevando a taxa Selic este ano com previsão de alcançar, segundo a Focus, 7,25% a.a em dezembro próximo. Com essa elevação, os preços dos produtos de crédito serão ajustados, tornando-os mais caros para o consumidor final, enquanto os produtos de captação deverão ter taxas menores, a fim de que esses dois movimentos possam assegurar a manutenção dos spreads para suportar as estruturas operacionais.

Quanto ao cenário de baixo crescimento do consumo das famílias evidenciado no primeiro trimestre, não deve permanecer nos próximos períodos, isto porque resta configurado o estágio de recuperação econômica em que o país se encontra, assim como pesquisas já apontarem para uma retomada do fôlego do consumo após seguidas contrações no período de pandemia.

A partir destes pressupostos, aliado ao desempenho da atividade econômica no segundo trimestre do ano corrente, dão conta de uma expectativa de crescimento da economia brasileira na ordem superior a 5% em 2021, cenário ratificado pelo Fundo Monetário Internacional.

No que tange ao Sistema Financeiro Nacional - SFN, a expectativa traçada pelo mercado para 2021 é um avanço de 10% na carteira de crédito, com viés de alta, face ao desempenho registrado no primeiro semestre deste ano. A tendência de crescimento reflete os novos estímulos para o crédito como a implantação da linha permanente do Pronampe, aquecimento da demanda por crédito rural,

retomada do mercado imobiliário e, sobretudo, pela flexibilização das medidas restritivas, a partir do avanço da vacinação no país.

Vale destacar que este cenário desenhado pelo mercado financeiro no primeiro semestre e perspectivas para o final do ano, já são percebidos nos indicadores do Sicoob BA, sobretudo na carteira de crédito líquida que performou com um crescimento de 45,53%, quando comparado com os últimos doze meses, refletindo numa variação positiva de resultado bruto em 94,49%.

O papel do Sicoob Central BA é estimular, fomentar e prover soluções que possam desenvolver as cooperativas filiadas, tendo como direcionador o Planejamento Estratégico, a partir do mapa estratégico composto por dimensões e objetivos sistêmicos.

Com isso, buscamos uma expansão eficiente e sustentável, primando pela gestão de risco, redução ainda mais da inadimplência, com reflexo direto no resultado da intermediação financeira, ampliação da venda de produtos e serviços, otimização das despesas administrativas e melhorando ainda mais nossos indicadores de desempenho.

2. Indicadores de desempenho

2.1. SICOOB CENTRAL BA

Nossos ativos sofreram uma redução de 8,86% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$668,80 milhões Em 30 de junho de 2021, 92,10% dos ativos estavam aplicados em operações de intermediação financeira, sendo 86,50% delas em tesouraria e aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI e 5,60% em operações de crédito.

No primeiro semestre de 2021, a captação de depósitos e da centralização financeira junto às cooperativas filiadas regrediram 10,74% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$587,96 milhões.

A redução dos ativos, da carteira de depósitos e dos recursos aplicados na centralização financeira é justificada pelo direcionamento dos recursos das

cooperativas filiadas ora aplicados no Sicoob Central BA para elevação de suas respectivas carteiras de crédito.

O patrimônio líquido evoluiu 3,70%, chegando a R\$74,95 milhões. As sobras líquidas antes das destinações reduziram em 24,88% em relação ao mesmo período de 2020, alcançando R\$1,62 milhão em 30 de junho de 2021.

2.2. Cooperativas Filiadas

Os ativos das cooperativas filiadas encerraram o primeiro semestre de 2021 com R\$1.842,17 milhões, representando um aumento de 18,06% ante o mesmo período do ano anterior.

As operações de crédito líquidas de provisão, mesmo diante de um cenário de incerteza da economia, encerraram o primeiro semestre de 2021 com R\$1.070,45 milhões, representando um acréscimo de 45,53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A captação de depósitos cresceu 21,58% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo o patamar de R\$1.216,87 milhões, demonstrando a confiança dos associados nas cooperativas filiadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$424,61 milhões em 30 de junho de 2021, representando uma evolução de 2,90% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As sobras brutas do primeiro semestre de 2021, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$29,11 milhões, representando um aumento de 94,49% em relação ao mesmo período do ano anterior e corresponderam a um retorno de 14,74% a.a. sobre o patrimônio líquido médio do período.

3. Gerenciamento de Riscos

3.1. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS,

abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob - CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

3.2. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

3.3. Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

3.4. Risco de crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob - CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

3.5. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 4.557/2017.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Sicoob Central BA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob,

centralizada no Centro Cooperativo do Sicoob (CCS), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

3.6. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

4. Governança Corporativa

A governança corporativa do Sicoob Central BA visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação, à direção estratégica, à gestão executiva, à fiscalização e controle e à aplicação de princípios de segregação de funções na administração; de transparência, de equidade, de ética, de educação cooperativista, de responsabilidade corporativa e de prestação de contas e atender às exigências legais e regulamentares.

A verificação do cumprimento aos normativos e leis vigentes é realizada pelo Conselho Fiscal do Sicoob Central BA, auditorias, bem como pelo Banco Central do Brasil.

5. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 26/04/2019, o Conselho Fiscal tem a função de examinar assídua e minuciosamente os atos da administração, bem como os demonstrativos contábeis do Sicoob Central BA.

6. Pacto de Ética

Todas as cooperativas do Sicoob BA, incluindo o Sicoob Central BA, adotam o Pacto de Ética do Sicoob , sendo firmado termo de compromisso com todos os integrantes.

O Código de Ética foi atualizado, e a partir de 03 de fevereiro de 2021 passou a chamar-se Pacto de Ética.

Agradecimentos

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do Sicoob Central BA pela dedicação.

Salvador, 04 de agosto de 2021.

Ivo Azevedo de Brito
Presidente

Alexsandro do Carmo Silva

Diretor Administrativo

Josemir Pereira Soares

Diretor Operacional

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Srs.
Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. –
SICOOB CENTRAL BA
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos fatos a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 30 de julho de 2021.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS CRCMG 6427 FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER Contador Responsável CRC MG 077699/O

